

A geografia neocrítica, ou o mundo plano e pluralista da classe executiva**Neo-Critical Geography, Or, The Flat Pluralist World of Business Class**

Neil Smith

Center for Place, Culture and Politics, Graduate Center, City University of New York

Tradutor:

Breno Viotto Pedrosa

Prof. Dr. da Universidade Federal de Rio Grande do Sul
brenoviotto@hotmail.com

Se você constrói uma carreira se revoltando contra o sistema, você não pode parar
de se revoltar só porque o sistema te aceitou.
Louis Menand (2005)

O poder é como um violino. Ele é segurado pela mão esquerda e tocado pela
direita.
Aforisma Argentino

....uma esquerda heterárquica percebe um mundo plano. Então, em primeiro
lugar, não há mais policiamento.
Ash Amin e Nigel Thrift (2005).

Ame-me, ame-me, ame-me, eu sou um liberal...
mas não fale sobre revolução,
isso é ir um pouco longe demais...
e é por isso que estou te entregando...
Eu sou um liberal
Phil Ochs (1966)

Quando Tony Blair foi reeleito em 2001, ele prometeu continuar a cruzada moral do “Novo Trabalhismo” como uma força de regeneração política e moral na Grã-Bretanha e no mundo. Trabalhadores, mulheres, imigrantes, asiáticos e caribenhos britânicos, muitos de classe média, todos entraram na onda. O pesadelo da revolução neoliberal de Margaret Thatcher da década de 1980 ainda era visceral na mente de muitas pessoas, e uma maioria avassaladora

ainda pensava que Blair era o melhor entre um grupo heterogêneo. Tornou-se cada vez mais claro, entretanto, para uma ampla faixa de pessoas, incluindo membros descontentes de seu próprio partido e, eventualmente, do seu gabinete, que Blair não era a resposta para Thatcher, sendo apenas, de várias formas, a continuidade de suas políticas neoliberais. Não só revirou as caricaturas de Thatcher, como buscou completar várias ambições de seu governo de uma forma que nem a Dama de Ferro, nem seu sucessor, John Major, poderiam ter esperado. O segundo mandato de Blair consumou vários desses objetivos, tornando mais caótico um sistema Nacional de Saúde thatcherizado e iniciando a privatização da universidade com taxas estudantis.

Ao invés de se posicionar pelas necessidades de seus eleitores, Blair tomou seu lugar como um líder do neoliberalismo global, de maneira tão eficiente que ele facilmente transferiu sua fidelidade de um diletante Bill Clinton para o perigoso *cowboy* George Bush. Pela mesma razão, a cruzada moral e cristã de Blair não foi em nada perturbada pela decisão de Bush de invadir o Iraque, mas ele evidentemente fez seu melhor para estar de acordo com a agenda de Washington, sob o custo de vários milhares de vidas. Um relatório, publicado na prestigiosa revista médica britânica, *The Lancet*, estima que até 100.000 vidas iraquianas foram perdidas nos primeiros 18 meses de guerra, uma estimativa feita antes da expulsão, em 2004, de 300.000 residentes de Falluja e do consequente arrasamento da cidade (Al-Rubeyi, B. 2004). As atrocidades dos bombardeamentos de Londres, em julho de 2005, não deram a Blair nenhum motivo para considerar que a guerra do Iraque havia escalado, mais do que resolvido, o terror global, mas, ao invés disso, elas providenciaram o pretexto para uma violação da liberdade de imprensa em território britânico. Na melhor das hipóteses, Blair tem sido um moralista de conveniência, capaz de justificar cada retrocesso do avanço neoliberal, bem como o estado de terror perpetrado aos prisioneiros de Basra a Abu Ghraib, de Bell Marsh a Guantanamo.

A ideia do neoliberalismo brotando dos poros de um partido nominalmente socialista foi a princípio um atordoamento, mas isso é agora uma história antiga. Os sociais-democratas em toda Europa, da Nova Zelândia ao Brasil, fizeram de diversas formas pactos com o diabo neoliberal. E, algum dia em breve, o Partido Comunista Chinês vai certamente anunciar que o capitalismo é, na verdade, o estágio superior do comunismo.

Geografia neocrítica?

Poderia a geografia enquanto disciplina estar em uma trajetória similar? Uma vez bastante estável em seu passado, a Geografia tornou-se uma das mais vibrantes disciplinas – “a mais sexy”, de acordo com o crítico literário marxista Terry Eagleton (1997). A disciplina demonstra um caso perfeito de desenvolvimento acadêmico desigual: na década de 1970, radicais, ativistas antiguerra, marxistas, feministas, humanistas, socialistas, ambientalistas e muitos outros, brotaram no fértil solo da disciplina, há tempos em pousio, frequentemente, deslocando um positivismo em germinação. Não houve resistência efetiva. A Geografia havia há muito se desligado da teoria social, e então, quando a teoria social floresceu, faltou à disciplina um sistema imunológico para neutralizar o invasor. A Sociologia, a Antropologia, a História, a Ciência Política, a Psicologia – todas tiveram os seus marxismos diversos, radicais e feministas. Portanto, quando ocorreu uma ampla radicalização da academia, na década de 1970, esse movimento seguramente afetou essas disciplinas, mas o efeito foi menos profundo e menos duradouro do que na Geografia. Os guardiões da Geografia foram sobrecarregados pelas novas ideias radicais, que eles mal poderiam compreender, e não poderiam se fiar. Suas portas arruinadas da defesa disciplinar desmoronaram diante do olhar fulminante da ambição ansiosa pelo mundo: a teoria social de diferentes espectros invadiu os portões da Geografia galvanizando esperança, excitação intelectual e intenção política. É extraordinário, em retrospectiva, que nos reacionários anos de 1980 de Thatcher, de Reagan e de Kohl, o marxismo, o feminismo e a pesquisa radical em sentido amplo (eventualmente incluindo o pós-modernismo, o pós-estruturalismo, o pós-colonialismo e vários outros tipos de teoria social progressivos) definiram muito bem a vanguarda da pesquisa em Geografia Humana. Os policiais da propriedade disciplinária foram vencidos, pelo menos temporariamente.

Talvez, em parte devido ao sucesso e à nova insistência dos geógrafos em lutar aguerridamente na política, depois do ocaso do determinismo ambiental e da geopolítica da década de 1930, a disciplina hoje está muito mais integrada aos principais debates políticos, especialmente na Grã-Bretanha, e, não por acaso, está mais perto das tentações do Blairismo. Lá, diferentemente dos Estados Unidos, a geração radicalizada da década de 1970 teve algum

acesso ao governo que estava no poder; nos EUA, a maioria dos acadêmicos não teve nem acesso à oposição.

Nós ainda estamos convivendo atualmente com os abundantes resultados da ampla revolução da teoria social na Geografia e a disciplina é hoje um lugar melhor para ela [para a teoria social]. A multiplicidade de perspectivas da teoria social a torna um domicílio invejável se comparado com a doutrinação estreita da Economia ou ainda da Ciência Política. A exigência fulminante de definição está desaparecida desde o pós-guerra: “mas isto é geografia?”. E ainda assim, significantes reações foram organizadas. Algumas delas nos levam de volta às Ciências da Informação Geográfica (CIG), reafirmando o poder de um positivismo científico estreito, e novamente enquadrando a disciplina como uma ciência espacial a serviço do poder tecnocrático. O poder disciplinar do CIG é sem dúvidas maior nos Estados Unidos, mas ele é também forte no Leste e Sul da Ásia, bem como na Europa Oriental. Existem ainda outras avenidas que nos levam de volta ao domínio neoliberal. A reação vem mais furtivamente de dentro. Os acadêmicos não são menos capazes que Tony Blair de retroceder da crítica radical frente ao decano estabelecido.

Em uma tentativa de se opor ao retrocesso emergente ao reunir uma série de vozes políticas divergentes de oposição, um conjunto de geógrafos organizou, na década de 1990, o grupo Internacional de Geografia Crítica (eu o chamo de ICG, mas muitos outros o chamam de ICGG: isso presumivelmente oferece uma noção do quão nós estamos perigosamente organizados enquanto uma ameaça ao *status quo* global). Uma conferência de geografia humana nórdica já existe. Um “fórum de geografia crítica” britânica foi organizado na internet na década de 1990 e continua como um lugar de debate e compartilhamento de informação; nos EUA, uma conferência de estudantes de graduação inaugurada no fim da década de 1980 floresceu como uma miniconferência anual de geografia crítica; conferências regionais de geografia crítica foram sediadas em Hong Kong, Osaka, Tóquio e outras estão planejadas. A ampla estratégia por detrás dessa mobilização da “geografia crítica” foi galvanizar uma frente comum, em que um amplo espectro de críticos radicais poderia não apenas responder aos retrocessos da disciplina, mas se desenvolver como um lugar em que novas ideias e engajamentos políticos poderiam ser discutidos, debatidos e desenvolvidos. A “geografia crítica” oferece uma ampla identidade de grupo para acadêmicos e ativistas comprometidos com uma reestruturação radical das sociedades em que nós vivemos: capitalismo,

heteronormatividade, patriarcado, imperialismo, racismo e várias outras formas de opressão, representam os alvos imbrincados dessa geografia crítica. É central para a geografia crítica tanto a organização de ideias que desafiam hierarquias de nosso próprio trabalho acadêmico, quanto o fornecimento de um caminho onde ativistas e ativismos alimentem a crítica e vice-versa. Para muitos de nós, foi imperativo que o grupo fosse organizado internacionalmente, dando substância real e não juras falsas [*lip service*] aos críticos do centrismo euroamericano (Desbiens e Smith, 1999; Garcia-Ramon, 2004). O ICG avançou nessa agenda frouxa em quatro conferências internacionais, começando em Vancouver, em 1997, seguida por Taegu e Békéscsaba, e mais recentemente na Cidade do México (2005). A quinta conferência do ICG está agendada para Bombaim/Mumbai em 2007. Como uma pessoa envolvida na organização, sou obviamente parcial, mas penso que nós fizemos um progresso nessa construção, dentro dos limites reconhecidamente geográficos, naquilo que o partido trabalhista britânico costumava classificar como uma “esquerda ampla”. O fato de ser internacional – a conferência da cidade do México teve presença de 35 países – é ainda mais encorajador.

Boas ideias, entretanto, encontraram uma maneira de serem jogadas pelo ralo. Ideias radicais são capturadas pela correnteza principal da Geografia. Isso é precisamente o que aconteceu com as noções de diversidade e multiculturalismo, por exemplo. Na academia, as aspirações políticas interconectadas da “diversidade” e do “multiculturalismo” entraram em cena como uma crítica muito poderosa e efetiva do lugar social a partir dos quais as culturas e ideologias hegemônicas organizaram o mundo. A agudeza dessas críticas apontava para a surpreendente, e, no entanto, invisível proveniência das ideologias sociais, e tiveram um efeito político poderoso e salutar, deslocando a hegemonia das inclinações burguesas, brancas, masculinas, heterossexuais no mundo para uma multiplicidade de perspectivas, desafios e reivindicações. [Porém] O grande poder desses desafios fez deles um alvo, de forma que, por meio de um longo processo de aceitação, generalização e erosão, seu poder acabou por diminuir. Noções de diversidade e multiculturalismo há muito tempo ganharam espaço na linguagem corporativa e nas imagens da CNN e do McDonalds, e se tornaram a forragem favorita dos discursos de George Bush e Tony Blair. Uma vez arma potente de uma oposição política, agora elas são emblemas do neoliberalismo estabelecido, amplamente esvaziadas de sua potência radical. A primeira regra do mercado é fazer com que cada consumidor ou cliente sintam-se

especial, valorizado, e suficientemente considerado para que eles engarfem seu dinheiro, e a linguagem da diversidade e do multiculturalismo tornou-se o meio ideal para essa tarefa.

Não existe nada de inevitável nesse processo, embora ele se repita com alguma previsibilidade. Em geral, as melhores ideias da esquerda radical, aquelas proposições que tomamos como certas, nossa linguagem comum, são os elementos mais vulneráveis nesse tipo de cooptação enfraquecedora. É vital contestar a dissolução de tais ideias poderosas, e um esforço suplementar e progressivo deve necessariamente se ocupar dessa tarefa. Ainda que também seja vital reconhecer o poder da combinação ideológica do capitalismo que arrasa tudo onde passa, através do uso de novas indústrias, anúncios, propaganda governamental e a mídia (com considerável, ainda que comumente, assistência não intencional de nós acadêmicos e dos estudantes que se graduam em nossas aulas) para tornar o fluxo livre de ideias em mercadorias de consumo. Precisamos sempre ver o *Massey-Ferguson*¹ ideológico como se esse se movesse atrás de nós, o que nos permite julgarmos habilmente o momento de nos defendermos e o momento de nos movermos, de nos reinventarmos, replantar as sementes politicamente modificadas. Isso não é uma desculpa para seguirmos as corporações nas suas políticas geneticamente modificadas, mas uma oportunidade para reinventar o apelo da nossa mensagem. Assim como vários ativistas e acadêmicos observaram, as próprias políticas identitárias, em parte precisamente devido a seu sucesso, estão passando ou passaram por um processo similar ao do multiculturalismo. Uma vez tendo elevada efetividade de intervenção política, foram recicladas na década de 1990 como tema de propaganda para a Benetton ou para a MTV. Nenhuma dessas marcas transformou a luta política pelo direito das mulheres, das classes, das políticas *queers*, ou da luta contra o racismo como obsoletas, muito longe disso. Mas esse processo sugeriu que nós precisamos sempre estar vários passos à frente da máquina capitalista, reinventando essas lutas, imaginando novas linguagens, novas estratégias políticas, novas ideias e novas formas de ativismo.

A ressurgência radical da geografia que emergiu há mais de três décadas atrás não é exceção a esse processo. O enrijecimento de novas ideias é um risco ocupacional da atividade intelectual crítica, e quanto mais são efetivas, tanto mais elas se tornam um alvo. A agudeza das críticas feministas das décadas de 1970 e 1980, as críticas marxistas do mesmo período, as teorias pós-modernistas e pós-estruturalistas dos anos 1990 – todas foram

1 Marca de tratores agrícolas (N. T.).

embotadas tanto por nós, estudiosos que abraçamos essas ideias, como por aqueles que as desprezavam. Em parte, isso é resultado de seus próprios sucessos, das ideias radicais, na Geografia. De fato, tais ideias eram tão poderosas que elas exerceram sua própria autoridade no mercado acadêmico. Revistas marginalizadas como a *Antipode*, que eram inicialmente mimeografadas ao longo de toda a noite por dedicados estudantes de graduação da Universidade de Clark, são agora os principais periódicos da disciplina e orgulho lucrativo dos editores, tais como a Blackwell que colonizou a geografia radical desde o início, enquanto demitiu o editor inspirador da revista, que lhes havia mostrado o caminho. Estudantes de graduação ambiciosos, para escreverem uma tese, dissertação, ou um bom trabalho publicável, devem nadar na corrente dos tubarões acadêmicos certos, que editam as boas revistas e conseguem colocações para seus artigos, conhecem os bons editores, e têm os nomes das redes de membros de comitês de pesquisa nas suas agendas de contatos. Esses tubarões acadêmicos podem garantir a publicação-carne [*meat-publication*], que se traduz em carne-emprego [*job-meat*] e que é sucesso transoceânico. Um estilo acadêmico predatório.

Àqueles que infestaram os portões do radicalismo geográfico na década de 1980, quando todos faziam o mesmo, e, que nessa trilha, alcançaram poder disciplinar para si mesmos em nome dos radicais, estão agora caminhando nas pontas dos pés, em busca de uma saída. Tendo feito novos amigos em lugares de destaque, os velhos amigos são menos convenientes e eles parecem querer se contorcer para trás em direção às mesmas portas através das quais eles entraram. Nesses tempos neoliberais, foram pegos do lado errado do muro no toque de recolher político (significativamente por sua própria obra); à medida que desertam, desviam a culpa por sua suposta situação precária para outros. Minha aposta é que eles terão sucesso.² Tendo se tornado guardiões dos portões, eles sabem onde estão as fraquezas [da geografia radical] e eles têm o Blairismo como modelo. As implicações de tais álibis para a geografia crítica precisam ser seriamente consideradas.

Como se pode discernir, a mensagem central [do artigo] “What’s left? Just the future”³ (Amin and Thrift 2005), é uma linda promessa que, se nós renunciarmos as indiscrições passadas, esquecermos qualquer tipo de mudança social radical, ficarmos apenas com nossos “eus” éticos, abraçarmos um agonismo lúdico e pluralista, e apenas deixássemos uma centena

2 No original: “My money’s on them. I think they’ll make it.” (N.T.)

3 O título do artigo de Amin e Thrift sugere um duplo sentido entre o que é a esquerda e o que resta dela (N.T.)

de flores desabrocharem, o futuro seguramente será rosa. Uma série de sentimentos liberais tradicionais aparece aqui: eles são contra o poder corporativo em demasia, mas, de mãos dadas, não sabem o que determina o “em demasia”; eles são todos a favor da proteção ambiental, mas a que custo?; eles desaprovam [*tut-tut*]⁴ um “consumo descontrolado”; e eles parecem estranhamente agnósticos - porém afeitos ao espírito da competição?⁵ – no tocante à “labuta do movimento da globalização.” Suas alternativas, por contraste, são quase mercuriais: “novas formas de humanidade”, “novas formas de direitos de propriedade”, “novas geografias dos afetos”, “uma esperança ecológica”, “experimentalismo democrático”, uma “política de transcendência mundana”, uma “política de imanência”. Quem poderia estar contra essa rica mixórdia de coisas boas, mas o quê exatamente elas significam? Qual política se esconde nesse caldo de carne suculento dos guardiões que são contra toda guarda?⁶

O mundo não é feito de hierarquias, eles insistem, mas precisa ser visto em termos heterárquicos [*heterarchial*]. Se não é exatamente claro quem deve ser incluído nessa “esquerda heterárquica” de Amim e Thrift, é descaradamente óbvio quem deverá ser excluído. Não é uma centena de flores que florescem nesse admirável [*brave*] heterárquico mundo novo, mas apenas 99. Eles corretamente se opõem à unidimensionalidade das narrativas ideológicas globais do mundo atual, mas, curiosamente, acusam o morto Karl Marx por isso, ao invés, por exemplo, de um bastante vivo Rupert Murdoch. O marxismo é claramente o elefante na sala dessas ruminações (o feminismo não está nem mesmo na sala). Alguém poderia esperar que, dado o papel central do marxismo em abrir a Geografia para a teoria social na década de 1970, que uma análise prolongada (ou mesmo superficial) sobre seus prós e contras seria importante. Ao invés disso, o que obtemos é rejeição nervosamente defensiva e retórica que dificilmente constrói confiança sobre o calibre intelectual da continuidade dessa polêmica. O marxismo (sem referência [adequada] ou explicação) é a única flor que não deveria ser permitida florescer, mas, ao contrário, deveria ser sufocada em seu leito. Ao mesmo tempo, na medida em que numerosos acadêmicos estão repensando a noção feminista de reprodução social e de economia política, o legado do feminismo está sendo agilmente deixado de lado. Como Tony Blair gosta de dizer, eles têm, é claro, o direito à sua opinião.

4 O autor provavelmente se refere ao som de reprovação produzido pela língua (N.T.)

5 No contexto desse parágrafo, Smith parece fazer referência a um vocabulário de origem grega, como “agonístico”, que se refere àqueles que participavam dos combates da Grécia Antiga. A passagem é um pouco misteriosa. No original: “and they seem strangely agnostic-affectively agonistic?” (N.T.)

6 No original: “What politics lurks in the gravy of this gatekeeper anti-gatekeeperism?” (N.T.).

A Terra Plana

A “esquerda heterárquica”, para Amin e Thrift, “percebe um mundo plano...” (p. 237). Essa prescrição está longe de ser inocente, e ancora a estrutura política maior que os autores estão promovendo. Isso acaba sendo uma metáfora bastante reveladora e, embora não seja uma história nova, realiza um trabalho político considerável de maneiras que nem sempre são imediatamente óbvias.

É um fato histórico marcante que nos vários apogeus da ambição global dos EUA no último século,⁷ surgiram discursos poderosos no sentido de que o mundo está esvaziado de hierarquias geográficas e que isso deveria ser visto, assim, como uma planície de igualdade de oportunidades para todos. Isso descreve a ideia de uma “Doutrina Monroe global” promovida pelo liberal Woodrow Wilson no final da Primeira Guerra Mundial e que orientou a visão de Franklin Roosevelt de uma “Nova Ordem Mundial” vinte anos depois, o que previa uma “colcha de retalhos” de estados nações semelhantes no mundo pós-guerra. Todos no mundo eram supostamente iguais nessa linda visão, perpetrada pela poderosa classe dominante masculina que está sentada no topo da hierarquia global e que claramente tem interesse em não ver privilégios. Hoje a linguagem da globalização neoliberal liderada pelos EUA revisita essa fantasia; seu *slogan* favorito nos conta que a globalização proporciona “um campo nivelado de jogo”. Em todos os três momentos da ascensão global dos EUA, o discurso público foi caracterizado por uma aguda contradição geográfica: de um lado, existe um foco intenso no poder da geografia, frequentemente animado por uma guerra em lugares que a população americana mal pode encontrar no mapa; de outro lado, existe uma reivindicação poderosa e frequentemente contraditória de que o mundo está “para além da geografia”. Nesse campo nivelado de jogo, ninguém tem uma vantagem espacial. A sensibilidade do público registra uma geografia perdida (Smith, 2003, 2005).

7 O autor refere-se à sua tese sobre a globalização, onde esta seria dividida em pelo menos três momentos, cf. SMITH, Neil. “Geografias perdidas y globalizaciones fracasadas. De Versalles a Irak”. Doc. Anál. Geogr., v. 44, 2004. pp. 19-41. Tradução de Carmen Gonzalo (N.T.).

O pândito neoliberal Thomas Friedman (2005) oferece o ápice desse argumento da “terra plana” nos dias de hoje. Boquiaberto com a inventividade do capitalismo indiano na última década e sua capacidade potencial de superar a concorrência com Estados Unidos, Europa e Japão, Friedman redescobre o mundo pré-colombiano. Nós vivemos em um “mundo em encolhimento”, ele diz, e estamos vendo um dramático “achatamento do campo de jogo”. Com a globalização, ele relata, aquelas partes do mundo anteriormente excluídas da riqueza e do acesso se tornaram repentinamente jogadores iguais, ou até competidoras favorecidas, à medida que seus salários e o custo de suas estruturas são mais baixos.

Seria realmente bom que o mundo fosse plano e não-hierárquico. Muitos de nós estamos há muito tempo lutando por tal resultado, e essa é uma visão com a qual nós podemos facilmente nos identificar. Mas é precisamente o truque neoliberal assumir que o mundo plano já está aí, a hierarquia se foi, a igualdade dá as regras. O mundo pode ser plano para aqueles que podem pagar um bilhete da classe econômica para voar ao redor dele, contemplando uma superfície aparentemente plana, enquanto para aqueles que contemplam os aviões passando na África Subsaariana ou na zona rural indiana, a oportunidade representada por Londres, ou Bombaim, ou Nova York é uma subida impossível rumo a um destino visível apenas se mediado pela televisão ou por um filme de fantasia, quando muito. Para aqueles nos barracos de Bombaim, ou no que concerne aos que estão no Harlem de Nova York ou no East End em Londres, o preço do mesmo bilhete da classe econômica para ver o mundo como plano é algo proibitivo.

Na visão neoliberal, é bastante claro qual o trabalho político que a ideia de uma terra plana e não hierárquica realiza. A desespacialização de nossa visão global representa uma despolitização simultânea: quando todos os lugares forem iguais, a diferença geográfica pode persistir – cidades *versus* florestas – mas não mais como um vetor de desigualdade flagrante [*gross*] e, portanto, não mais como um vetor de oposição política. O alvo da revolta política desaparecerá. Pode-se ler Friedman sem nunca compreender a profundidade e a amplitude da pobreza na Índia ou o fato de que um terço das crianças malnutridas do mundo se encontrem lá. Na medida em que os geógrafos neocríticos não veem hierarquia, então, não podem nos mostrar os lugares de poder que precisam ser questionados, desafiados ou transformados. Ou como Amim e Thrift candidamente admitem: “Não podemos nem mesmo

ter certeza a partir de onde surgiram os modelos predominantes de democracia” (p. 222). Essa admissão surpreendente é o equivalente acadêmico do Seinfeldiano “tanto faz”. “Proceder eticamente” torna-se a mais forte admoestação política quando confrontados com a questão sobre “o que deve ser feito”. A política é achatada em uma ética do bem-estar – uma “transcendência mundana”, uma “política da iminência” (p. 232), de fato. Um moralismo de conveniência transmuta-se em uma política da conveniência.

Foi Margaret Thatcher quem anunciou nos anos 1980 que “*There Is No Alternative*” [não existe alternativa] (*TINA*), enquanto Frances Fukuyama anunciou o “fim da história”: a democracia liberal tinha ganhado. Tony Blair agora repete a mesma resignação sobre a falta de alternativas: se você não pode derrotar Bush, então seja seu *poodle*. O que é mais espantoso nesses tempos, entretanto, é que, ao contrário dos dois primeiros momentos da ambição global dos EUA, os intelectuais europeus parecem ter se enamorado por alguns aspectos dessas ideologias da terra plana. Da teoria do ator-rede de Latour à “morte da geografia” de Paul Virillo, da sociedade em rede de Castells ao “fim da geografia” de Jean Baudrillard, esquerdistas e ex-esquerdistas, de várias maneiras, refletiram essas visões do campo achatado de jogo. (Baudrillard ao menos praticou o que ele pregou, confundindo as famosas Montanhas Rochosas de Montana com os prados de Minnesota.) Essa particular americanização da vida intelectual europeia deve ser seguramente lamentada. Que a geografia neocrítica siga esse exemplo é tão trágico quanto surpreendente, à medida em que os partidários geográficos da terra plana parecem estar colaborando para a obliteração de vários *insights* que colocaram a geografia no mapa político e teórico depois da década de 1970 – a saber, a crença central de que as sociedades socialmente divididas reproduzem suas formas de diferenciação social no espaço geográfico e, por corolário, que geografias hierarquicamente produzidas reafirmam e reproduzem diferenças sociais. Essa perspectiva crucial tem pouco sentido em um “mundo plano”, que recusa a realidade das hierarquias sociais.

Como todas as ideologias, a terra plana contém uma ponta de verdade. Três décadas atrás, quem poderia acreditar que a Coreia do Sul se tornaria uma das mais poderosas e avançadas economias do mundo? Três décadas atrás, quem poderia acreditar que cidades centrais esgotadas e desindustrializadas poderiam tornar-se os epicentros do novo urbanismo moderno, de Toronto ao Tâmis? A questão não é se tal “mundo plano” está acontecendo, para algumas pessoas em alguns lugares, mas o quê mais está acontecendo ao redor e em flagrante

contradição com ele. A distância entre riqueza e pobreza, seja nos EUA, na África do Sul ou na China, está se expandindo na velocidade da luz, enquanto a integração de partes do Leste da Ásia no coração do capitalismo global é correspondida por uma maior marginalização da África Subsaariana e da Índia rural (e maior parte da Índia urbana). O achatamento do mundo corresponde, por todos os lados, à orogênese capitalista, que aumenta a riqueza das elites – com isso, os privilégios e perspectivas de sua classe, raça e gênero – em um nível estratosférico acima das vidas ordinárias de bilhões no mundo, e isso é também um importante processo geográfico obscurecido pela ideologia da terra plana. Nem mesmo a origem de tal desigualdade é um mistério. Temos um amplo espectro de teorias que abordam a questão do desenvolvimento desigual geográfico que pode ajudar a explicar esse processo contraditório. Aderir ao retrato unidimensional da terra plana é cegar-se de um olho e recusar a paralaxe que nos permite discernir a profundidade da cena, a multidimensionalidade do mundo. (Isso é importante também para estarmos em contato com as sensibilidades públicas, e então existe também uma questão bem mais “mundana” caso queiramos que os comunicados de imprensa da próxima conferência da RGS ou AAG leiam: “GEÓGRAFOS DESCOBREM QUE A TERRA É PLANA.”)

Escrevendo exatamente no zênite da nova ordem rooseveltiana, George Orwell compreendeu muito claramente como o poder prosperava nos interstícios de uma planície política: “Todos são iguais”. Ele concluiu na *A Revolução dos Bichos*, “mas alguns são mais iguais do que outros”. Com a geografia neocrítica, nós podemos, como os animais da fazenda na homilia satírica de Orwell, jantar com Tony Blair e se iludir com a crença ideológica de um nivelamento social já existente. Ou então podemos fazer um árduo trabalho social, político e intelectual, com vistas a um esforço para aplainar um mundo altamente desigual na prática e não apenas na mente.

Para Amim e Thrift, o apelo à heterarquia parece traduzir-se no pluralismo político: uma “posição pluralista progressista”, um “vibrante pluralismo” (pp. 221, 238). Pluralismo é o coração das políticas da geografia neocrítica. Eu sou totalmente a favor de deixar 99 flores desabrocharem – embora eu prefira a aritmética política do *ICG* que, em sua forma não excludente, arredonda esse número até uma centena exata. Coração intelectual do liberalismo, o pluralismo celebra a noção que todos os indivíduos e grupos têm sua própria tomada de posição igualmente válida no mundo, todas as pessoas são iguais no mesmo plano:

Bill Gates tem o mesmo valor que um camponês indiano. O pluralismo foi famosamente encabeçado por John Locke, anos atrás, em um assalto progressivo à decrépita aristocracia inglesa, e revigorou a revolução burguesa que deslocou, se é que não derrubou, tais charlatões (a Rainha Elizabete II continua a ser a “patrona” da Sociedade Geográfica Real). Mas a revolução de Locke e de Adam Smith se tornou a própria ortodoxia burguesa – as coisas mudam – e o apelo ao mesmo pluralismo hoje se torna um apelo conservador. O ponto crucial sobre o pluralismo é que suas políticas estão à venda para quem fizer a melhor oferta; elas dependem do contexto histórico. A questão central, portanto, torna-se a seguinte: Plural contra quem? Contra o absolutismo feudal, pluralismo é algo progressivo; contra os críticos radicais do (neo)liberalismo burguês que usam o pluralismo como seu traje ideológico, torna-se uma arma de classe de um tipo bastante diferente. Em “*What’s left?*”, o pluralismo liga-se às raízes revolucionárias do século dezessete e dezoito, torna-se a cobertura justificadora do neoliberalismo de hoje, curva-se à inevitabilidade capitalista – o pluralismo serve para todos - e despacha o mais egrégio dos inimigos para além das fronteiras do mundo (plano) conhecido.

Então o que há de tão errado sobre o Marxismo no final das contas? Lendo Amim e Thrift nós nunca saberemos. Ao invés de proporcionar uma análise, eles oportunamente surfam na onda recrudescente do antimarxismo burguês. Mas o quê realmente os incomoda? É a União Soviética o que eles detestam? Eu também! Eu gritei de alegria no dia em que o muro caiu. É talvez algum tipo de economicismo enraizando o problema? Edward Thompson ou Raymond Williams, para não mencionar uma série de geógrafos culturais contemporâneos, poderiam, presumivelmente, tê-los esclarecidos no que tange a esse ponto? Ou é a incômoda preocupação com a classe social, na medida em que nós, acadêmicos da geração de 1970, nos tornamos mais íntimos dessa noção? Qual é o bicho-papão do marxismo? Talvez parte da resposta resida no fato de que pode ser a única política de oposição que realmente não foi significativamente rescindida na forragem da mídia, integrada – em maior ou menor parte cooptada –, e que por isso deve ser sempre combatida. O que isso nos diz a respeito do poder de classe como um vetor da diferença social e da mudança política?

Construir um mundo plano esvaziado de hierarquia exige bastante trabalho. O Fórum Social Mundial aspira a um mundo em que as hierarquias não existam e eu concordo completamente com essa aspiração. Muitos outros movimentos sociais têm o mesmo objetivo em vista. Acadêmicos ou jornalistas que já não veem hierarquias em um mundo aplainado não

são provavelmente os melhores guias a respeito desse assunto. Isso sugere uma diferença entre ativismo e idealismo. Se as hierarquias desaparecem hoje em nossas teorias acadêmicas, então também desaparecem a maioria dos alvos de nossa crítica política. Não se pode lutar contra o que não se pode ver ou identificar. Como Miguel de Cervantes há muito tempo percebeu, entretanto, pode-se inventar alvos substitutos para mudar o foco, e esses podem parecer tão reais quanto os moinhos. Desejar um mundo diferente é uma prerrogativa vital; admitir que é diferente simplesmente pelo fato de se desejar é um luxo de quem presume, com ou sem razão, possuir poder em tornar suas fantasias reais. O idealismo é o luxo do poder.

Política

A política está no local assim como está no global, e a presunção de um mundo plano tem implicações para a disciplina geográfica, especialmente na Inglaterra, onde eu recebi minha educação geográfica inicial. Uma certa canalhice está supostamente envolvida quando duas das mais poderosas figuras das instituições inglesas de geografia, especialmente no que diz respeito ao *Research Assessment Exercise (RAE)*, cujo futuro de todo departamento hoje depende, nos diz que, de um lado, o mundo tornou-se plano, e é melhor que nós entendamos isso, e, de outro lado, eles insistem que certas “outras” ideias devem ser colocadas fora das fronteiras do mundo conhecido. O *RAE* é a arma mais poderosa do poder estatal, que afeta a academia inglesa, e aqueles que produzem o poder do *RAE* produzem o poder do Estado – seus financiamentos e suas propensões ideológicas. No que diz respeito a isso, deixe-me apenas dizer brutalmente o que vários outros podem não se autorizar a publicar: o binarismo da tabela “nós-eles” que compara a então chamada esquerda hierárquica com a “heterárquica” com a qual, concluem Amin e Thrif (2005: 237), é uma vergonha intelectual e disciplinar. “Abaixo aos binarismos”, é a sua mensagem, “ergam-se os opostos.” A poucos leitores terá escapado a ironia que, apesar de um apelo queixoso por “não mais policiamento” (p.237), o artigo tenta precisamente policiar a disciplina, arbitrar quem está dentro e quem está fora. Apenas do ponto de vista de quem tem um assento na classe executiva do topo do mundo acadêmico, poder-se-ia sustentar tal “geografia do afeto”.

Para colocar o assunto ainda mais incisivamente, um certo número de colegas ingleses relatou sua forte discordância com “*What’s left?*”, ainda que eles devam reagir. Para

fazê-lo, preocupam-se, pois poderiam colocar seus departamentos na linha de fogo de uma má avaliação do *RAE* e incorrer na consequente raiva dos chefes de departamento, macular seus estudantes, danificar suas carreiras. Ficam incomodados, mas amordaçados. Esse é o poder do Estado no mundo “plano”. Pode muito bem ser que a intervenção de Ash e Nigel não se destinasse a mobilizar tal poder, mas se o poder é tão visceralmente sentido de baixo, estou certo de que eles podem concordar, que esse poder é, no entanto, real. O ensaio deles representa um manifesto por uma geografia neocrítica que nos posiciona confortavelmente dentro da virada de um capitalismo blairista supostamente ético. Eles têm todo o direito de escrever o que escrevem, mas temos o mesmo direito à objeção, enquanto avaliamos as origens dessa intervenção, seus motivos, e sua proveniência hierárquica.

Então, qual é a alternativa ao pluralismo da terra plana e à geografia neocrítica? Como faremos para manter a multiplicidade de vozes vivas, ao mesmo tempo criando um robusto corpo de pensamento político, e um debate que ajude a guiar e construir lutas políticas – uma questão que Amin e Thrift nunca se fizeram? O ponto central da minha resposta foi amplamente crítico, no sentido da reclamação de Marx de que nós precisamos de uma “crítica implacável a tudo que existe” (Marx, 1843, p. 30). Ainda assim, precisamos de mais. Precisamos de um senso de como rearranjar as coisas, mesmo no constante escrutínio da crítica.

Isso não é uma questão fácil, e é aquilo que a maioria, senão todos nós, temos aspirado por um longo tempo. Poucos, e eu certamente não estou entre eles, podem reivindicar já terem tais respostas. Eu acredito que banir a classe e as hierarquias sociais existentes, em seus diversos espectros, de nossas análises não é apenas politicamente oportunista, mas uma ingenuidade intelectual. A questão não é tanto arbitrar sobre a aceitação delicadamente formulada, (neo)liberal, de uma equidade filosófica, dentre múltiplas identidades em nossos artigos acadêmicos, à maneira pluralista, enquanto não estejamos lutando de nenhum modo; em vez disso, é que nos tornemos implicados nessas lutas e por meio delas fazer com que a prática e a atividade intelectual estejam interligadas, ajudar a ampliá-las, e ao mesmo tempo contribuir para focar em seu potencial transformador. Grandes transformações sociais podem surgir de variadas fontes: o abuso policial de Brixton, as lutas por recursos naturais na Bolívia, as disputas religiosas em Bombaim, a ocupação imperialista em Bagdá. O ponto vital para uma geografia crítica não é uma celebração acrítica de todas as revoltas, mas também não é uma descamação cuidadosa do que é realmente central na luta. Ao dizer isso, eu também acredito que enquanto

classe, raça, gênero e várias outras hierarquias do capitalismo permanecerem intactas, não chegaremos em lugar nenhum.

Todo mundo pode e deve ter suas próprias ideias sobre tais questões, e a *Antipode* por muito tempo se devotou à combinação de críticas e alternativas. Eu gostaria apenas de propor a hipótese de que, em acréscimo a todas essas belas palavras – e não as desvalorizo de modo algum –, a Geografia Crítica Internacional (IGC) está colocando geógrafos e não-geógrafos juntos em torno de uma ampla agenda política. Sua própria existência assusta a Associação de Geógrafos Americanos, ligada às suas fronteiras nacionais – eu não posso falar em nome da *RGS* – precisamente devido à sua política e ao seu internacionalismo. Ela representa um polo da política internacional e do ativismo que nós podemos e devemos organizar. Unifica nossos escritos e práticas de ensino, mas também vai para além deles. Deixemos uma centena de flores florescerem no processo, mas reconheçamos seriamente que a principal ameaça a esses promissores botões políticos não vem dos próprios aliados, mas da refrigeração política soprada em nossa direção por um forte vento neoliberal que capitaliza, mercantiliza, classifica e comercializa. Fiquemos firmes.⁸

Agradecimentos

A um bom número de pessoas que ajudaram com comentários e críticas a este artigo. Suas sugestões deram incomensurável ajuda, apesar de elas não terem sido sempre seguidas, mas para proteger os inocentes, no admirável mundo novo de Blair e Bush, não vou indicar seus nomes.

Referências bibliográficas

Al-Rubeyi B (2004) Mortality before and after the invasion of Iraq in 2003. *The Lancet* 364:1834–1835.

Amin A and Thrift N (2005) What's left? Just the future. *Antipode* 37:220–238.

8 No original: “*Eyes on the prize*”. No inglês, trata-se de uma expressão para que nos mantenhamos focados em nossos objetivos. Pode fazer referência também um seriado chamado “*Eyes on the prizes*”, de 1987, que trata a maneira como o movimento por direitos civis nos Estados Unidos acabou por reformar toda a sociedade norte-americana (N.T.)

Desbiens C and Smith N (1999) The International Critical Geography Group: Forbidden optimism?'' *Environment and Planning D: Society and Space* 17:379–382.

Eagleton T (1997) *International books of the year. Times Literary Supplement*, 5 December 11.

Friedman T L (2005) *The World is Flat. A Brief History of the Twenty-First Century*. New York: Farrar, Straus and Giroux.

Garcia-Ramon M-D (2004) The space of critical geography: An introduction. *Geoforum* 35:523–524.

Lopez M (2000) *The Origins of Multiculturalism in Australian Politics 1945–1975*. Melbourne: Melbourne University Press.

Marx K (1843) Letter to Arnold Ruge. In *The Letters of Karl Marx*. Engelwood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

Pal L A (1989) Identity, citizenship, and mobilization: The nationalities branch and World War Two. *Canadian Public Administration* 32:407–426.

Smith N (2003) *American Empire. Roosevelt's Geographer and the Prelude to Globalization*. Berkeley: University of California Press.

Smith N (2005) *The Endgame of Globalization*. New York: Routledge.

ERRATA

- No artigo *Análise das alterações antropogeomorfológicas na Bacia do Rio Cabeça (SP) a partir do uso de geoindicadores*, de autoria de Melina de Melo Silva e Cenira Maria Lupinacci, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *O espaço de batalha urbicada na cidade do Rio de Janeiro*, de autoria de Márcio José Mendonça, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *A percepção ambiental enquanto ferramenta para pensar o meio no ensino de geografia*, de autoria de Aldeíze Bonifácio da Silva, Marcela Albino do Nascimento e Maria Francisca Jesus Lírio Ramalho, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, e no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Ensino-aprendizagem do saber religião em Geografia*, de autoria de Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador e Roseane Richele de Medeiros, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Técnicas de sensoriamento remoto para análise temporal do espelho d’água da Lagoa Grande na cidade de Sete Lagoas – MG*, de autoria de Fernanda Mara Coelho Pizani, Max Paulo Rocha Pereira, Matheus Miranda da Silva e Marcos Antônio Timbó Elmiro, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Geografia, escalas e a lua: do geocentrismo à ontologia*, de autoria de Jahan Lopes, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *A favor da metrópole, contra a metrópole: uma perspectiva lefebvriana da contrarrevolução urbana*, de autoria de Renan dos Santos Sampaio, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No documento *Apresentação do dossiê de traduções: Neil Smith e a história da Geografia anglo-saxã*, de autoria de João Alves de Souza Neto, Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim e Larissa Alves de Lira, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Neil Smith, 1954-2012. Geografia Radical, Geógrafo Marxista, Geógrafo Revolucionário*, de autoria de Paulo Bomfim; Clarissa Cavalcante e Rosana de Campos Fernandes, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *“Guerra Acadêmica no Campo da Geografia”: A Eliminação da Geografia em Harvard, 1947-1951*, de autoria de Fernando José Coscioni, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *O novo mundo de Bowman e o Conselho de Relações Exteriores*, de autoria de Carlos Geraldino, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Geografia como museu: história privada e idealismo conservador em The Nature of Geography*, de autoria de Larissa Alves de Lira, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Por uma História da Geografia: Resposta aos Comentários*, de autoria de Rafael Augusto Andrade Gomes, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *A geografia neocrítica, ou o mundo plano e pluralista da classe executiva*, de autoria de Breno Viotto Pedrosa, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *A diversão da cultura a política da geografia cultural*, de autoria de João Souza, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas: Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”